

**Uma experiência com o ensino da Língua Portuguesa no ambiente universitário.
Adriana Padilha da Rosa**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná/Br (1993) e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina/Br (2001). Professora adjunta e coordenadora do Curso de Pedagogia da Universidade Paulista, SP. Docente na Universidade Nacional do Timor-Leste (UNTL, Dílí), ministrou a disciplina de Língua Portuguesa no Curso de Direito. Foi Consultora de Língua Portuguesa no Ministério da Educação em Timor-Leste. Possui experiência na área de Educação, Administração e Marketing. Palestrante, abordando os temas: Língua Portuguesa, Alfabetização, Leitura e Escrita e Magistério Superior. Autora de Livros e artigos sobre Alfabetização.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525429801612298>

Resumo

Três anos para viver, num pequeno país chamado Timor-Leste, uma intensa experiência docente. No início do ano letivo, alunos que não falavam a língua portuguesa e, portanto, não se manifestavam diante das explicações. Um sentimento de angústia e, em alguns momentos, a questão premente era para quê um professor de Língua Portuguesa ali. Porém, como já se sabe, quando se ensina se faz necessário encontrar um canal de comunicação para chegar aos alunos. Começa nesse ato a busca didática que facilite o entendimento das aulas. Então, alguns fatores se tornam indispensáveis, tais como, postura docente, material de trabalho e a seleção dos conteúdos conforme o perfil dos alunos, reflexões para entender a aprendizagem anterior ao momento (conhecimentos prévios), entre outras ações pedagógicas. Havia, no entanto, algumas dificuldades, como o calor, a diferença cultural, a língua tétum, hábitos e atitudes diferentes diante do ensino e da vida acadêmica. Mas, os alunos aos poucos foram se aproximando, se descontraíndo e adquirindo confiança no trabalho. A liberdade dava espaço à expressão do pensamento e a participação aumentava a cada instante. As atividades fora da sala enriqueciam a amizade entre docente e estudantes, dando forma a uma postura muito presente no discurso acadêmico, a qual agora tomava forma naquele contexto. A cumplicidade foi se instaurando e fortalecendo os laços do grupo de trabalho. Ao final de um ano, os alunos já brincavam com exemplos, em português, ao esboçar na prática os conteúdos aprendidos. Hoje se faz possível dizer que a experiência em Timor-Leste foi intensa e, assim merece ser compartilhada. Para tanto, se propõe um diálogo sobre a aprendizagem e a importância da língua portuguesa, em uma conversa sobre um possível olhar para esse “distinto contexto!” Tal diálogo se estende para as possíveis formas de apoio da gestão/administração ao processo de ensino da língua portuguesa no

ambiente universitário. Quais iniciativas contribuem para o desenvolvimento do estudante no idioma, quanto à oralidade e a escrita, em língua portuguesa, no contexto acadêmico.

Palavras-Chave: Aprendizagem; Língua Portuguesa; Discurso; Ensino Superior; Timor-Leste.

1. Apresentação

Timor é uma ilha localizada no sudeste Asiático, dividida em duas partes: Timor Ocidental, colonizada pela Holanda e Timor Oriental, conhecida como Timor-Leste, colonizada por Portugal. Timor-Leste foi colônia de Portugal de 1512 até 1975, depois foi ocupada pela Indonésia de 1975 até 1999 e, finalmente ficou sob a administração da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1999 até 2002 quando então conseguiu ser independente. Naquele momento, cerca de 50% da população era analfabeta, $\frac{3}{4}$ viviam na área rural e tinham como atividade a agricultura de subsistência. A ilha tem uma área total de aproximadamente 18.000km² de extensão. Díli é a capital e também o centro administrativo do país, com pouco mais de 200 mil habitantes, dentre os quais àqueles oriundos das comunidades internacionais, brasileiras, portuguesas, australianas, cubanas, chinesas entre outras.

Lugar onde se encontra de tudo e de todos, é sem dúvida um desafio para quem busca algo diferente na vida. Nesse contexto inicia-se uma grande jornada, com um propósito de fazer uma atividade universitária voltada ao ensino de língua portuguesa para um público de adolescentes ingressantes no ensino superior, o qual valoriza muito a oportunidade de ali estar.

Ao longo de uma vida acadêmica e, assim seduzida pelo ambiente escolar em comunidades de baixa renda, não só por se tratar de uma realidade complexa e muitas vezes, misteriosa, mas, também por se aproximar dos conceitos assimilados em aulas e obras daqueles autores que, pouco a pouco, me mostravam um mundo encantador, como Jean Piaget, Lev S. Vigotsky, Henry Wallon, Emília Ferreiro, Magda Soares e Paulo Freire. Aos poucos entendia que a teoria, ali ainda em tom de descoberta, ou mesmo redescoberta, se descortinava nas possibilidades do aprender de um modo diferente, centrado no “aprendente”. Depois, com o caminhar de uma formação como professora na Educação Básica, assessora pedagógica e, mais tarde como autora, coordenadora e docente universitária em Pedagogia, foram percorridos variados percursos para se compreender como a linguagem escrita é verdadeiramente aplicada em outras esferas, para além da escola.

No ano de 2012 e de 2013, ao atuar como professora-convidada, de língua portuguesa, na Faculdade de Direito da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), foi possível fazer uma importante avaliação da experiência profissional construída até o momento.

A UNTL vem de um processo de fusão de duas instituições acadêmicas indonésias (Timor Timur e Politeknik Dili) para existir como a única universidade pública do Timor-Leste, foi fundada em novembro de 2000, logo após o referendo de 1999, ato marcante na história nacional.

O referendo sobre a independência do Timor-Leste foi realizado em 30 de agosto de 1999¹, como decisão política sobre o país. O Presidente da Indonésia, Bacharuddin Jusuf Habibie, fez o pedido ao Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em 27 de janeiro de 1999. O pedido consistia em fazer um referendo no Timor-Leste, o qual seria realizado para determinar se este país permaneceria parte da Indonésia, uma Região Autónoma Especial, ou separar-se-ia da Indonésia. Como a etapa de acompanhamento, a ONU organizou reunião entre o governo indonésio e o governo português (que detinha a autoridade colonial anterior sobre Timor-Leste). Em 5 de maio de 1999, essas negociações resultaram no "Acordo entre a República da Indonésia e a República Portuguesa sobre a Questão de Timor-Leste". O referendo foi organizado e monitorado pela Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET) e 450.000 pessoas estavam aptas a votar, incluindo os timorenses fora dos limites territoriais do Timor-Leste.

O jovem país investia então, no ensino superior. Até 2010 era totalmente subordinada ao Ministério de Educação, com seu estatuto promulgado após esse período.

Porém, sofre com a falta de docentes, tem poucos livros e infraestrutura limitada. Apesar de contar com sete faculdades, um centro de pós-graduação e dois núcleos nacionais. É a única universidade em que se fala língua portuguesa, tem o currículo de alguns cursos, todo em português. Valoriza a língua e, no caso do curso de Direito, investe em um ano preparatório (ano vestibular) para capacitar os estudantes no idioma que se constitui como fonte de leitura dos documentos oficiais nacionais (códigos, Constituição, legislação e eventos jurídicos são expressamente em português).

A oportunidade docente, então, se deu ao trabalhar nesta universidade pública deste distante país. Além de viver, intensiva e diariamente, não só na diversidade linguística dos alunos e professores timorenses, mas atuar também frente ao ambiente das tradições, rituais acadêmicos e

com os materiais didáticos das mais variadas origens, das quais perpassam: a indonésia, a portuguesa, a brasileira ou a cubana e, que neste contexto, são usados para apoiar um conhecimento de uma maioria de falantes do idioma tétum (aqui conhecidos como os tetumófonos).

É importante marcar que a presença de outras línguas internacionais no território, como a do inglês e do indonésio, remontam ao fato de que a opção pela co-oficialidade do português, junto ao tétum se dá a partir de uma decisão soberana dos representantes legais de Timor-Leste. Portanto, este idioma responde aos interesses nacionais, mesmo observando-se que há na ilha um plurilinguismo concorrencial, pois, a língua portuguesa está numa situação complexa, à medida que não é língua do povo e da Nação, mas é oficial, é língua do Estado, no entanto, vale considerar que o próprio Estado está em construção.

Timor-Leste é um país muito novo e, além disso, no último século passou por uma inconstância política, disputas e negociações territoriais com portugueses, holandeses, japoneses e australianos. Domínio indonésio, bem como, conflitos entre as elites locais.

Esteve muito tempo sob a violência e a destruição, deixando aqui o registro de tristes marcas. Após o referendo, no qual a população da parte leste de Timor manifestou-se a favor da independência da Indonésia em 1999, ainda sofreu muito com revoltas e a destruição de sua infraestrutura. Seus recursos humanos, portanto, necessitam agora de aprimoramento profissional e, isso sugere uma reformulação no seu sistema educacional atual.

É necessário salientar que falar e entender o português, nesse contexto, implica, sobretudo, estabelecer relações com esta língua, tanto afetivas quanto sociais. Assim, como dominar a língua portuguesa é também uma estratégia importante de ascensão social em Timor-Leste, principalmente, nos setores ligados ao Estado.

Começou aqui, a possibilidade de reconstruir as ideias sobre as implicações educacionais do reconhecimento da língua portuguesa com uma função social.

Nesse caminho, se faz importante considerar a realidade linguística de Timor-Leste como uma intricada experiência e, com possíveis direções para a reintrodução da língua portuguesa. Uma vez que, esta pode ser entendida, no contexto do ensino de línguas, tanto como uma língua estrangeira (LE) quanto como uma segunda língua (L2). Ressaltam-se aqui as duas possibilidades, no intuito de marcar as controvérsias quanto às metodologias de tal ensino. De modo geral, ensinar uma segunda língua (L2) implica pressupor que esta é constituinte da realidade social do povo timorense. Já ensinar uma língua estrangeira (LE) implica considerar que esta se encontra ausente do ambiente linguístico em questão. No entanto, a metodologia utilizada em Timor-Leste,

muitas vezes, oscila entre as duas situações didáticas. A esse respeito, vale o comentário de Almeida Filho² ao enfatizar que:

[...] Língua estrangeira é uma outra língua, em outra cultura, de um outro país, pela qual se desenvolve um interesse autônomo (particular) ou institucionalizado (escolar) em conhecê-la ou em aprender a usá-la.[...] Uma segunda língua é uma língua não-materna que se sobrepõe a outra(s) que não circula(m) socialmente em setores ou instituições ou que circulam com restrições.

As ações voltadas ao ensino e a disseminação da língua portuguesa necessitam, portanto, ter a preocupação em saber como esta língua pode contribuir e apoiar os interesses timorenses.

A atuação docente se desenvolveu conforme o cenário acima apresentado e, para maior detalhamento dos passos trilhados nessa envolvente estrada, desenha-se a seguir um breve percurso, o qual aponta algumas situações didáticas dessa inusitada experiência.

2. A experiência docente

Ao conhecer a realidade timorense, foi significativo entender que a prática pedagógica necessitava da construção de ações capazes de promover e incentivar um trabalho interdisciplinar com a língua portuguesa.

Assim, a função como professora de português assumiu um papel diferenciado, no presente cenário, pois, tal como afirma Mary Rangel, a professora se vê como uma articuladora da língua portuguesa, ou seja, é “aquele que vê o geral, que vê e articula ações com o coletivo. É o que procura a ‘visão sobre’, no interesse da função coordenadora de ações, é também quem estimula oportunidades de discussão coletiva e contextualizada do trabalho”³.

O caminho docente era, então, no sentido de fortalecer o interesse pela língua e ampliar o contato com as demais disciplinas do curso de direito, bem como, contribuir para o estabelecimento de um canal positivo de comunicação entre os professores e os estudantes. Fosse ao apoio de projetos desenhados por eles ou na elaboração de materiais, aproveitando o potencial dos demais colegas. Buscava-se, nesta situação, auxiliar na estruturação da rotina das atividades, colaborar na organização e seleção de materiais pedagógicos para as diferentes situações de

¹ Nota da autora, conforme relatos orais, de acadêmicos locais.

² Almeida Filho, José Carlos P. **O ensino de português como língua não-materna**: concepções e contextos de ensino. Universidade de Brasília. Brasil, s/d. [Disponível em www.estacaodaluz.org.br].

³ Rangel, Mary. **Considerações Sobre o Papel do Supervisor**: como Especialista Em Educação, na América Latina. In: Júnior, Celestino Alves da Silva; Rangel, Mary (orgs.), **Nove Olhares Sobre a Supervisão**. 14 ed. Campinas, São Paulo: 2008, p. 147.

intervenção na realidade timorense. Bem como, promover espaços para a troca de experiências do trabalho em Timor-Leste, estimular e organizar estudos sobre a relação das culturas lusófonas e as culturas timorenses.

A partir do pressuposto de que a educação é um processo de descoberta e redescoberta, experimentação e construção do conhecimento, e não uma transmissão unidirecional de informações, as aulas visavam à participação dos alunos no processo, estruturando debates sobre temas de estudos linguísticos (em uma proposta coletiva a partir do interesse local e levantamento de conhecimentos prévios), com análises de situações cotidianas, assim como, literatura timorense (romances do Luis Cardoso⁴, importante escritor timorense, conhecido no Brasil e em Portugal, também por seus diversos contos), narrativas orais ou escritas⁵. Com o uso de estratégia, como por exemplo, o manuseio de alguns materiais escritos disponíveis nas poucas instituições e bibliotecas locais e, até então totalmente desconhecidas para os alunos (Instituto Camões, UNTL, Casa Europa, Museu e Arquivo da Resistência, Fundação Oriente) de imagens impressas e análise de cenas da vida diária timorense, em situações onde a língua se faz presente.

As apresentações sobre o uso, a função e a aplicabilidade da língua constituem um amplo tema de discussões para as aulas. Mais ainda, ao considerar que tais experiências, também são materiais da reflexão conjunta. Tal como comprovado em sala de aula, a construção do conhecimento na relação direta com o cotidiano timorense constitui um prazeroso modo apresentar e identificar práticas escolares.

Foi surpreendente saber que os estudantes não conheciam, até aquele momento, os locais públicos disponíveis para pesquisa da história de seu povo e que nunca tinham ido a uma livraria.

Foram utilizadas várias possibilidades, temas foram explorados e multiplicados no contexto educacional. Algumas delas destacadas a seguir:

- 1) o estudo das biografias de nacionalistas timorenses⁶;
- 2) entrevista, narrativas e histórias orais dos mais velhos (*Katuas* em tétum);

⁴ Nasceu em Kailako, uma vila no interior de Timor que aparece por diversas vezes referenciada em suas obras. Filho de um enfermeiro que prestou serviço em várias localidades da ilha, razão pela qual conhece e fala diversos idiomas timorenses. Estudou no importante colégio missionário de Soibada. Licenciou-se em Silvicultura no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Desempenhou funções de representante do Conselho Nacional da resistência timorense em Portugal. Escreveu cinco romances que foram traduzidos para inglês, francês, italiano, holandês alemão e sueco.

⁵ Costa, Geraldo. **A Ilha do Crocodilo**: contos e lendas de Timor-Leste, FTD. São Paulo, SP. 2012.

⁶ Araújo, Abílio. **Dato Siri Loe II. Autobiografia**. Aletheia Editores. Lisboa, Portugal. Pt. 2012
Mattoso, José. **A dignidade**: Konis Santana e a resistência timorense. Fundação Mario Soares, Lisboa, Portugal. Pt. 2005.

3) interpretação dos poemas de autores timorenses, como por exemplo, o Borja da Costa e uma reflexão sobre a importância da língua portuguesa os sistemas interlinguísticos⁷;

4) a decodificação do simbolismo presente na cultura material timorense, como a *uma lulik* (casas tradicionais);

5) a identificação de Timor-Leste na organização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Entre outras atividades dirigidas à realização de um ambiente interdisciplinar e, ao mesmo tempo, promotor da língua como instrumento de prática social necessária ao desenvolvimento pedagógico.

Do ponto de vista mais acadêmico, há também uma tradição de estudos sobre a língua portuguesa em Timor-Leste a qual foi considerada, respeitando as tradições e, aqui é importante destacar a existência de uma rica história de descrições produzidas sobre os “mitos timorenses”⁸.

A realidade local tem demonstrado que quase sempre os timorenses possuem conhecimento a respeito da língua portuguesa, mesmo que ainda não a tenham estudado. Situação constatada no fato do tétum-praça, como língua crioula, carregar em sua estrutura, um relativamente amplo, vocabulário português, principalmente, em palavras relacionadas à modernidade. Daí a importância de relacionar a oralidade e a escrita em língua portuguesa com as origens da própria “língua nacional” do país, explorando os intercâmbios linguísticos entre as culturas e as histórias timorenses e as culturas e as histórias lusófonas.

É importante ressaltar que ao chegar a Timor-Leste se faz necessário (para um professor de língua estrangeira) aprender tétum, após as primeiras aulas já é possível constar a lógica da construção do idioma e, estabelecer relação entre este e o português. A situação didática aqui apresentada se constituiu em uma estratégia positiva na construção do vínculo entre estudantes e o professor, assim como, permitiu problematizar o solo comum no qual a língua franca timorense, por tanto tempo, caminhou ao lado do idioma de Camões¹.

O linguista australiano Geoffrey Hull⁹, no seu discurso em defesa da língua portuguesa no extinto Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) em 2000, fez questão de dizer:

⁷ Freixo, Adriano de. **Minha Pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia da lusofonia em Portugal**. Editora Apicuri. Rio de Janeiro. R.J., 2009.

⁸ Sá, Artur Basílio de. **Textos da Literatura Oral Timorense**. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Volume I, Lisboa, Portugal. Pt. 1961.

⁹ Hull, Geoffrey. **Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional**, s/l: Instituto Camões; Díli, T.L. s/d. p. 47.

[...] recomendo a todos os indivíduos que venham a Timor como professores de português que façam o esforço de aprender o tétum. Tal gesto de respeito pela língua partilhada pela maioria da população, iria comprovar a todos que o trabalho de restauração da língua portuguesa em Timor-Leste não tem qualquer agenda neocolonialista.

E, no que se refere especificamente ao papel de professor de língua em sala, a experiência evidenciou a importância de se averiguar e utilizar os diferentes potenciais dos alunos, uma vez que, estes levam consigo um propósito de dar o melhor de si, fundamentados em experiências educacionais anteriores. Daí a importância de investigar o conhecimento acumulado no grupo e as propostas de estudo quanto ao ensino da língua portuguesa no ambiente universitário do curso de Direito da UNTL, explorar os elos existentes entre as realidades timorenses e as realidades já conhecidas por eles, em seus aspectos linguísticos, históricos e políticos. A faculdade de Direito tem neste aspecto um caráter diferenciado, por se tratar de uma situação didática onde a língua portuguesa é necessária para todas as disciplinas cursadas.

Neste ato, entende-se que a língua portuguesa se complementa nas mais diversas áreas do conhecimento. Pois, partindo deste princípio as aulas de língua portuguesa serviam como apoio para outros estudos, pertinentes ao universo acadêmico timorense. Porém, uma questão que sempre inquieta, o professor que chega à ilha, é a finalidade da língua portuguesa na vida timorense e, a esse respeito vale um pequeno esclarecimento, o qual este artigo se propõe a abordar agora.

3. A importância da língua portuguesa na vida dos timorenses.

É inquestionável o papel do português como língua oficial e o caminho percorrido para o seu ensino no país, o que atribui ao idioma um valor cultural e afetivo. A mesma língua que foi excluída durante mais de 20 anos, proibida em ambientes escolares e, mesmo assim se apresenta forte até hoje, mostra profundos vínculos com os valores culturais mais sagrados do timorense. A língua portuguesa é como uma semente pronta a germinar no coração das crianças e jovens timorenses. O Português é parte integrante da cultura nacional (ao contrário do holandês, que desapareceu totalmente da história de seu país vizinho, a Indonésia depois de sua independência). A apropriação, por parte dos timorenses, da língua portuguesa, funcionou como uma possibilidade de entender a relação construída entre o povo da ilha e os portugueses, estabelecer diferenças e relatar acontecimentos passados durante o período de ocupação da Indonésia.

A Igreja também teve até aqui um importante espaço, uma vez que, a aproximação desta com a cultura local faz associação do português ao movimento da resistência e, conseqüentemente com o despertar da unidade nacional, funcionando como uma arma de luta cultural timorense.

Ao longo da história do território, a igreja foi, sempre, quem contribuiu para o sentimento de unidade em torno da fé, através do qual os timorenses foram associando-a com a língua portuguesa. Os que falam os mais variados dialetos locais constatarem com reconhecimento que a língua portuguesa, trazida pelos missionários portugueses ajudou a transformar em escrita as suas lendas e histórias para preservação das mesmas.

A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) que foi o primeiro partido político local, baseado nas massas e ainda, uma das primeiras organizações políticas que se assumiu como timorense, identificando-se espiritualmente com o conceito *maubere* (povo sofrido/pobre em tétum) usava a língua portuguesa para se afirmar e possuía um jornal impresso em português.

Depois da ocupação do Estado Indonésio (o qual durou 24 anos), o movimento de resistência acarretou a consciência de uma identidade diferente dos parâmetros culturais autenticados pelo invasor. Era também na língua portuguesa que residia essa diferença cultural e, era através dela que se fazia a resistência, passando pelo sistema escolar indonésio.

Ressalta-se a importância de saber disso para entender que a Língua Portuguesa tem raízes em Timor-Leste, no passado, os livros, eram escondidos, enterrados, na esperança de melhores dias e em geral, não sobreviviam, apesar de serem armazenados em sacos plásticos. Segundo relatos locais, era possível identificar a tristeza com a qual que se escutava o timorense lamentar que os mesmos estivessem apodrecidos. Assim, quando se diz que o ensino da língua portuguesa em Timor-Leste, é uma atividade que brota do desejo da população, refere-se à força que esta língua ganhou como identidade da comunidade timorense e, pode dizer, então, que na estruturação da história do país, a língua portuguesa, tem um papel incontestável, o mesmo se presta ao poder discursivo deste sofrido e valente povo.

4. A língua e o poder discursivo.

Em muitas situações escritas, como em um texto de jornal ou em um anúncio confeccionado para evento cultural timorense, é possível perceber a busca de referências, da

língua tétum, misturando assim com o português, quando se forma o que passou a ser chamado então, carinhosamente de tétum-guês.

Deve-se notar que o tétum é uma língua veicular em Timor-Leste, tendo uma função integradora, porém, sua difusão é fraca e, como segunda língua para a comunicação com o *malae* (estrangeiro em tétum), se utiliza, quase sempre, o português.

Ressalta-se que este, por sua vez, funciona como a língua da administração estatal e da cultura científica, denotando as formas do saber coletivo, veiculadas na transmissão escrita. É uma das poucas escritas usadas para dicionários, livros de orações, Bíblia entre outros instrumentos de circulação do discurso coletivo que tem a preferência nacional quando utilizada como idioma pátrio, ao invés do tétum, que na opinião de muitos é embaraçosa a falta de convenção ortográfica para seu uso.

Assim, os dois idiomas se completam, e assumem uma função integradora na sociedade timorense. Ao mesmo tempo em que a população agrega-se em um universo cultural mais amplo, o da civilização lusófona.

Quando se usa a língua materna, incorpora-se a capacidade para brincar, criar e movimentar a comunicação conforme a necessidade de expressar sentimentos, desejos e pensamentos. Porém, quando esta não é a língua de origem, tende-se a recorrer àquela com a qual é possível estabelecer o mínimo de identificação, oralmente, para assim se construir o sentido do raciocínio. Fazer isso com uma língua tão poética quanto é o tétum, por vezes, parece surpreendente. Pois, a junção das palavras e a relação entre a fala e a escrita são marcadas de um significado interessante, aos olhos de um professor de língua estrangeira. Fala-se como se escreve, por exemplo, *servisu* quer dizer serviço em português ou *lima-fuan* que é traduzido como dedos em português, mas significa frutos da mão em tétum, entre outras diversas palavras usadas no cotidiano e, que remetem ao pensamento da simplicidade aliada a beleza poética da escrita.

Nesse contexto é possível assumir que o uso da língua se presta ao sentido que os indivíduos dão a esta, salientam os estudiosos e especialistas da área de línguas. Muitas vezes, no entanto, o conhecido conceito de língua não se aplica no significado que a escola quer dar a ele.

O que segundo Bagno¹⁰ pode ser justificado ao constatar que:

[...] não existe nenhuma língua no mundo que seja “uma” uniforme e homogênea. O monolinguismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais

¹⁰ Bagno, Marcos. **Preconceito linguístico**. Edições Loyolas. São Paulo, SP. 1999; p.27.

(fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) e em todos os seus níveis de uso social [...]

Timor-Leste é um país marcado pela oralidade, com narrativas históricas predominantemente orais, onde a língua portuguesa tem um papel primordial na construção de um caminho para a intercomunicação escrita porque tem sua história e esta precisa ser passada as novas gerações com toda a propriedade que lhe cabe.

O processo de reintrodução da língua portuguesa, no entanto, não contou aqui com grandes materiais escritos para trabalhar e tudo era improvisado com textos que ainda restavam do período colonial português ou da igreja católica. Com a chegada de professores portugueses, por volta do ano de 2001 (conforme relatos de representantes portugueses em Timor-Leste) é que realmente teve o início do ensino de português como segunda língua no território.

A língua portuguesa utilizada na ilha é marcada por todo um rigor português, tradicionalmente veiculado em Portugal. Mas, vale considerar que a difusão desta, se deu devido a três motivos básicos e amplamente já analisados por muitos estudiosos, os quais compreendem: a dominação política da colônia, a situação comercial inicial na exploração dos recursos, que fez deste idioma o idioma do comércio e a religião católica, ou seja, a missão portuguesa.

Algo significativo na história educacional timorense foi a fundação do Colégio da Soibada em 1898, dirigido pelos jesuítas e destinado à formação de professores-catequistas, incumbidos da alfabetização e da instrução religiosa. A situação linguística prevaiente em Timor-Leste sempre foi complexa, devido à utilização pelos seus falantes, os quais falam mais de um idioma e com funções distintas.

A despeito da sua complexidade, a situação apresenta certa lógica, constituindo assim um sistema. Este se organiza em três níveis de integração: língua local, língua veicular e língua administrativa. É também a língua das relações externas.

Segundo Thomaz¹¹ uma língua se define em razão de um espaço social, determinado por um conjunto de relações características de um dado povo, pois, ela cria um potencial de comunicabilidade.

A essa troca juntam-se ainda as relações de parentesco estabelecidas com os portugueses devido à situação colonial. Sabemos também que um espaço social se organiza conforme as

¹¹ Thomaz, Luis Felipe F.R. **Babel Loro Sa'e**: o problema linguístico de Timor-Leste. Cadernos do Instituto Camões.s/l. 2002, p.143.

normas aceitas por um grupo de posse de um instrumento linguístico que assegure em seu seio a comunicação usual.

Para tanto, a aceitação da língua portuguesa na ilha se dá pelo fato desta difundir-se para além das áreas do Estado português tendo a vantagem do parentesco genético e estrutural com a língua regional (tétum-praça). Apesar de cada uma dessas línguas se prestarem a funções específicas.

Tudo leva a crer que o português que se difundiu pelas costas asiáticas como a língua de contato, passando por meios urbanos, de maneira extrovertida e criando em seus espaços sociais as relações de integração com a língua local e, pouco a pouco, tomou um espaço de liderança e, nos dias de hoje passou a gozar de prestígio administrativo-social.

Atualmente, como língua de cultura, necessita do fortalecimento do ensino ou de uma política educacional adotante deste como idioma primordial ao enriquecimento do discurso cultural na ilha.

O futuro do português em Timor-Leste depende, principalmente, do futuro político do país. Se este país alcançou sua autonomia política para traçar sua própria política cultural e, conseqüentemente sua própria história, é bem provável que o ensino do português, como segunda língua após o tétum, também idioma oficial e de domínio nacional, se defina como o veículo das relações externas do espaço timorense com a autenticidade representativa do povo. Porém, se o futuro a Deus pertence e, se meu papel aqui é de colaboradora na difusão da língua portuguesa, saliento que o mais importante é deixar plantada nos corações dos jovens universitários a vontade de aprender o idioma e a certeza de que não é difícil aprendê-lo, para tanto, basta usá-lo e adaptá-lo ao discurso. Assim se aprende, no fazer fazendo, no falar falando e no escrever escrevendo!

Considerações finais.

Quando em sala de aula usava-se a língua portuguesa do Brasil, diferente da língua portuguesa de Portugal (a qual era obrigada a usar no contexto do curso de Direito da UNTL) havia, sempre, o questionamento quanto à forma desta no uso de situações gramaticais, como na flexão dos verbos ou uso de pronomes, gerúndios, acentos e sinônimos. Muitas vezes, era sentida

a dificuldade em entender como essa diferença tão marcada era importante para caminhar no sentido de estabelecer relação entre o idioma local e idioma que se pretendia ensinar.

A metodologia utilizada nem sempre dava conta de responder as angústias que surgiam no contexto do ensino timorense.

O processo mais adequado era a descentralização das aulas, no tocante a disciplina de língua portuguesa e suas regras gramaticais. Passava então, a fazer uso da língua como instrumento para desenvolver e despertar nos estudantes do curso de direito a vontade de saber mais sobre o seu país, seus heróis, suas histórias e mitos, suas possibilidades de pesquisa e regate da sofrida história ou passado recente. Assim, as aulas foram pontes para conhecimentos de Geografia, História, Ciências Naturais e Sociais, Política, Antropologia e Artes.

Ao tomar a língua e a história como instrumentos de ensino e sobre elas fundar as bases metodológicas para legitimar a aprendizagem, não é possível esquecer-se de dizer que essa língua e essa história têm vida própria e que o educador é unicamente um instrumento para reavivar os conhecimentos e a busca de novas informações por parte dos maiores interessados no processo, nomeadamente, os timorenses.

Ainda que ao evocar tudo aquilo que aprende-se em uma carreira, possa não ter feito o suficiente, o fazer com responsabilidade salienta o respeito aos que participaram dessa realidade.

Nessa perspectiva, é interessante registrar que todo o processo aconteceu sem descontinuidades, mesmo com as mudanças e interferências, a exemplo da organização estrutural da universidade, consolidou-se uma situação de trocas e parcerias, pautadas no afeto e na solidariedade. Deixou, por fim, a marca de uma direção a ser seguida e com novos encontros no futuro da lusofonia.

Nota complementar: A gestão da Educação e o apoio ao ensino, à oralidade e à escrita, no ambiente acadêmico de Angola.

O artigo 9º (sobre o uso da língua) da atual Lei de Bases do Sistema de Educação, de 31 de dezembro de 2001, publicada no Diário da República de 16 de setembro de 1992, estabelece que:

1. O ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa.

2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais.

Após décadas de guerra, Angola é um país que demonstra ter conquistado a paz; no entanto, enfrenta muitos desafios no campo da reconstrução nacional, entre eles o de fortalecer o sistema educacional tão afetado por um longo período de guerra. É nesse âmbito, portanto, que a gestão da educação em Angola precisa atuar, na estruturação de um ensino que atenda à realidade dos angolanos, muitos dos quais têm o português como língua materna, outros que o têm como segunda língua, e muitos outros que sequer falam português.

Falar uma língua é interagir com ela e, assim, o ambiente universitário precisa de recursos que favoreçam essa prática. O órgão gestor/administrador necessita prover situações e recursos, tanto materiais (livros, revistas, periódicos e Internet) quanto humanos (professores, tutores etc) que consigam favorecer o ambiente linguístico. As parcerias internacionais são os grandes laços do sucesso, neste contexto. Porém, as condições em que esta situação se dá precisa ser estudada com cuidado e os envolvidos estarem cientes da realidade proposta.

A exemplo de Timor-Leste, Angola concentra grandes esforços nas possibilidades de evolução do setor educacional. A operacionalização de tais propósitos, entre outros aspectos, implica a reformulação dos planos curriculares, a melhoria de condições necessárias ao processo de ensino (salas de aula equipadas, bibliografias em qualidade e quantidade, instrumentos de avaliação contínua etc.), a formação contínua de professores e de gestores, a garantia de oportunidades a todos os cidadãos mediante um ensino de qualidade e gratuito, bem como, a produção de legislação específica sobre educação superior e de outros mecanismos de regulação no sentido de serem criadas condições para que a universidade promova a gestão curricular e a concepção de projectos educacionais contextualizados. Portanto, a grande questão a ser feita, em Angola, é: que cidadão angolano queremos e, que educação é que temos?
